

# SUMÁRIO

<b>1. PRINCÍPIOS DE DIREITO PENAL .....</b>	<b>1</b>
1.1 Conceito, alcance e relevância dos princípios .....	1
1.2 Princípios regentes: dignidade da pessoa humana e devido processo legal.....	2
1.3 Princípios constitucionais e infraconstitucionais .....	4
1.4 Princípios explícitos e implícitos.....	5
<b>2. PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA....</b>	<b>7</b>
2.1 Conceito e importância .....	7
2.2 Correlação com os demais princípios aplicáveis à pena .....	9
2.2.1 Princípio da legalidade .....	9
2.2.2 Princípio da isonomia.....	11
2.2.3 Princípio da proporcionalidade.....	12
2.2.4 Princípios da responsabilidade pessoal e da culpabilidade.....	13
2.2.5 Princípio da humanidade .....	14
2.3 Individualização judiciária da pena .....	16
<b>3. CONCEITO DE CRIME .....</b>	<b>17</b>
3.1 Considerações preliminares e delimitação do enfoque.....	17
3.2 Tipicidade .....	18
3.3 Ilicitude .....	18
3.4 Culpabilidade.....	19
<b>4. PENA.....</b>	<b>23</b>
4.1 Conceito .....	23

4.2	Funções e finalidades da pena .....	24
4.3	Panorama histórico da pena e escolas penais .....	26
4.4	Epílogo .....	37
<b>5.</b>	<b>LEGISLAÇÃO COMPARADA .....</b>	<b>47</b>
5.1	Itália .....	48
5.2	Alemanha .....	52
5.3	França .....	55
5.4	Espanha .....	58
5.5	Portugal .....	60
5.6	Chile .....	63
5.7	Paraguai .....	65
5.8	Argentina .....	68
5.9	Venezuela .....	70
5.10	Estados Unidos .....	73
5.11	Inglaterra e País de Gales .....	77
<b>6.</b>	<b>APLICAÇÃO DA PENA .....</b>	<b>83</b>
6.1	Conceito e natureza jurídica .....	83
6.2	Circunstâncias que envolvem o crime .....	85
6.2.1	Tipo básico e tipo derivado .....	85
6.2.2	Circunstâncias judiciais .....	88
6.2.3	Circunstâncias legais .....	89
6.2.3.1	Agravantes e atenuantes .....	89
6.2.3.2	Causas de aumento e diminuição .....	90
6.2.3.3	Qualificadoras e privilégios .....	93
6.2.3.4	Existência de duas ou mais qualificadoras .....	94
6.2.3.4.1	Circunstâncias sujeitas a apreciação em fases diversas, evitando-se o <i>bis in idem</i> : a questão do crime de extermínio de seres humanos .....	95
6.2.3.4.2	Circunstâncias sujeitas a apreciação em fases diversas, evitando-se o <i>bis in idem</i> : a questão do feminicídio .....	96
6.2.3.5	Importância da abrangência do elemento subjetivo .....	97
6.3	Fases da aplicação da pena .....	98
6.3.1	Primária: eleição do <i>quantum</i> da pena prevista no preceito sancionador do tipo .....	98
6.3.1.1	Conceito de pena-base .....	98
6.3.1.2	O indevido <i>bis in idem</i> e o caráter residual da circunstância judicial .....	98
6.3.1.3	Métodos bifásico e trifásico .....	100
6.3.1.3.1	Exceção quanto à pena de multa .....	102
6.3.2	Secundária: opção pelo regime de cumprimento da pena privativa de liberdade .....	103

6.3.3	Terciária: substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos ou multa, ou opção pela suspensão condicional da pena...	103
<b>7.</b>	<b>FASE PRIMÁRIA, SEGUNDO O MÉTODO TRIFÁSICO</b> .....	<b>105</b>
7.1	Fixação da pena-base .....	105
7.1.1	Critério genérico: culpabilidade como elemento fundamentador e limitador da pena .....	105
7.1.1.1	Intensidade do dolo e grau da culpa.....	108
7.1.2	Critérios específicos referentes ao autor .....	109
7.1.2.1	Antecedentes .....	112
7.1.2.2	Conduta social .....	117
7.1.2.3	Personalidade.....	121
7.1.2.4	Motivos .....	129
7.1.3	Critérios específicos referentes ao fato e existência de mais de uma qualificadora .....	134
7.1.3.1	Circunstâncias do fato criminoso .....	134
7.1.3.2	Consequências do crime .....	135
7.1.3.3	Comportamento do ofendido .....	137
7.1.4	A quantidade de pena aplicável, dentro dos limites previstos, bem como valoração da circunstância judicial.....	140
7.2	Aplicação das agravantes e atenuantes e seu <i>quantum</i> .....	143
7.2.1	Alcance das agravantes .....	144
7.2.2	Espécies de agravantes .....	144
7.2.2.1	Reincidência.....	144
7.2.2.2	Reincidência específica .....	149
7.2.2.3	Motivo fútil.....	150
7.2.2.4	Motivo torpe.....	153
7.2.2.5	Facilitação ou asseguaração da execução, ocultação, impunidade ou vantagem de outro crime .....	154
7.2.2.6	Traição, emboscada, dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido.....	155
7.2.2.7	Emprego de veneno, fogo, explosivo, tortura ou outro meio insidioso ou cruel ou de que pode resultar perigo comum .....	156
7.2.2.8	Ofendido ascendente, descendente, irmão ou cônjuge .....	157
7.2.2.9	Abuso de autoridade ou prevalência de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade, ou com violência contra a mulher na forma da lei específica .....	157
7.2.2.10	Abuso de poder ou violação de dever inerente a cargo, ofício, ministério ou profissão.....	158
7.2.2.11	Ofendido criança, maior de 60 anos, enfermo ou mulher grávida...	160
7.2.2.12	Ofendido sob imediata proteção da autoridade .....	162
7.2.2.13	Ocasão de incêndio, naufrágio, inundação ou qualquer calamidade pública ou de desgraça particular do ofendido.....	162

7.2.2.14	Embriaguez preordenada.....	163
7.2.2.15	Agravantes em crimes envolvendo vários autores.....	163
7.2.2.15.1	Crítica ao título legal .....	163
7.2.2.15.2	Autor intelectual ou dirigente da atividade criminosa .....	163
7.2.2.15.3	Autor coator ou indutor da execução material do crime .....	164
7.2.2.15.4	Autor instigador ou determinante do cometimento do crime por alguém sujeito à sua autoridade ou não punível em virtude de condição ou qualidade pessoal.....	164
7.2.2.15.5	Autor executor ou partícipe de crime cometido mediante paga ou promessa de recompensa.....	165
7.2.3	Alcance das atenuantes .....	165
7.2.3.1	Atenuantes nominadas e inominadas.....	165
7.2.3.2	Espécies de atenuantes nominadas .....	165
7.2.3.2.1	Autor menor de 21 e maior de 70 anos .....	165
7.2.3.2.2	Desconhecimento da lei.....	166
7.2.3.2.3	Motivo de relevante valor social ou moral .....	167
7.2.3.2.4	Arrependimento.....	168
7.2.3.2.5	Coação resistível .....	170
7.2.3.2.6	Cumprimento de ordem de autoridade superior .....	170
7.2.3.2.7	Influência de violenta emoção provocada por ato injusto da vítima .....	171
7.2.3.2.8	Confissão espontânea .....	171
7.2.3.2.8.1	Outras variantes no contexto da confissão .....	173
7.2.3.2.9	Influência de multidão em tumulto não provocado .....	176
7.2.3.3	Atenuante inominada.....	176
7.2.4	Compensação e <i>quantum</i> das agravantes e atenuantes .....	179
7.2.5	Compensação das circunstâncias judiciais e legais.....	181
7.2.6	Limite da pena quando incidentes atenuantes e agravantes .....	182
7.3	Aplicação das causas de aumento e diminuição da pena.....	183
7.3.1	Causas de aumento da Parte Geral .....	183
7.3.2	Causas de diminuição da Parte Geral.....	183
7.3.2.1	Crítério de diminuição da pena na tentativa.....	183
7.3.3	Causas de aumento e de diminuição da Parte Especial .....	184
7.3.4	Compensação de causas de aumento e diminuição .....	185
7.3.5	Concurso de crimes.....	186
<b>8.</b>	<b>FASE SECUNDÁRIA: REGIMES DE CUMPRIMENTO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE .....</b>	<b>187</b>
8.1	Regimes fechado, semiaberto e aberto.....	187
8.1.1	Regime fechado .....	187
8.1.1.1	Regime disciplinar diferenciado .....	189
8.1.2	Regime semiaberto.....	191

8.1.3	Regime aberto.....	192
8.2	Critérios de eleição do regime.....	193
8.3	Regime fechado previsto na Lei dos Crimes Hediondos.....	199
8.3.1	Inconstitucionalidade do regime fechado inicial.....	201
<b>9.</b>	<b>FASE TERCIÁRIA: PENAS ALTERNATIVAS E SUSPENSÃO CONDI- CIONAL DA PENA .....</b>	<b>205</b>
9.1	Conceito e natureza jurídica das penas alternativas.....	205
9.2	Penas restritivas de direitos.....	207
9.2.1	Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas.....	207
9.2.2	Limitação de fim de semana.....	209
9.2.3	Interdição temporária de direitos.....	210
9.2.3.1	Proibição do exercício de cargo, função ou atividade pública, bem como de mandato eletivo.....	210
9.2.3.2	Proibição do exercício de profissão, atividade ou ofício que dependam de habilitação especial, de licença ou autorização do poder público.....	210
9.2.3.3	Suspensão da autorização ou de habilitação para dirigir veículo	210
9.2.3.4	Proibição de frequentar determinados lugares.....	210
9.2.3.5	Proibição de inscrever-se em concurso, avaliação ou exame pú- blico.....	211
9.2.4	Prestação pecuniária.....	211
9.2.5	Perda de bens e valores.....	213
9.2.6	Reconversão em privativa de liberdade.....	213
9.3	Multa substitutiva.....	214
9.4	Suspensão condicional da pena ( <i>sursis</i> ).....	215
9.4.1	Conceito e natureza jurídica.....	215
9.4.2	Condições.....	216
9.4.3	Importância e critério de eleição do benefício.....	216
<b>10.</b>	<b>PARÂMETROS DA INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA .....</b>	<b>219</b>
10.1	Política de aplicação da pena mínima.....	219
10.2	Possibilidade de fixação da pena em grau máximo.....	223
10.3	Limite máximo de cumprimento da pena privativa de liberdade e ina- dequação do sistema penal para lidar com a delinquência perigosa.....	228
10.4	Penas alternativas e multa: prós e contras.....	232
10.5	Individualização da medida de segurança e juízo de periculosidade.....	238
10.6	Fundamentação da individualização da pena na sentença.....	241
10.7	<i>Habeas corpus</i> e dosimetria da pena.....	244
10.8	Revisão criminal e dosimetria da pena.....	245
10.9	Individualização executória da pena.....	246
10.9.1	Conceito e natureza jurídica da execução penal.....	246
10.9.2	Progressão de regime.....	248

10.9.2.1	Critérios objetivos .....	248
10.9.2.2	Critérios subjetivos e outras regras .....	251
10.9.2.3	Progressão por saltos e falta de vagas.....	255
10.9.2.4	Procedimento para o livramento condicional, indulto e comutação de penas .....	256
10.9.2.5	Aspectos peculiares do regime aberto .....	256
10.9.3	Regressão de regime .....	258
10.10	A busca da pena justa .....	261
10.11	Conclusão sintética articulada .....	269
<b>11.</b>	<b>A INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA NA AÇÃO PENAL 470 (MENSALÃO) E A POSIÇÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....</b>	<b>271</b>
11.1	Aspectos gerais da dosimetria da pena .....	271
11.2	Fixação da pena em colegiado .....	273
11.3	Fixação do <i>quantum</i> da pena no caso <i>Mensalão</i> : enfoques teóricos e práticos.....	274
11.3.1	As circunstâncias judiciais formadoras da pena-base.....	274
11.3.2	Agravantes e atenuantes na formação do <i>quantum</i> da pena.....	282
11.3.3	Causas de aumento e diminuição da pena.....	283
11.4	Fixação da pena de multa.....	285
11.5	Escolha do regime de cumprimento da pena no caso <i>Mensalão</i> .....	286
11.6	Opção por benefícios cabíveis .....	287
11.7	Estabelecimento de indenização civil pelo dano causado pelo crime .....	288
11.8	Política da pena mínima .....	289
11.9	Conclusão .....	291
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	.....	<b>293</b>
<b>APÊNDICE: PESQUISA REALIZADA NA VARA DAS EXECUÇÕES CRIMINAIS DE SÃO PAULO</b>	.....	<b>305</b>
1.	Cominação da pena .....	306
2.	Fundamentação da aplicação da pena .....	307
3.	Forma de cumprimento da pena .....	310
4.	<i>Sursis</i> .....	311
5.	Pena alternativa .....	312
6.	Penas privativas de liberdade.....	314
7.	Multas.....	318
8.	Restrição da liberdade.....	321
9.	Agravantes/atenuantes.....	322
<b>OBRAS DO AUTOR</b> .....	.....	<b>327</b>